

CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS SOBRE A VALIDADE
DO ESCOPO DO REDUCIONISMO ADAPTACIONISTA
DO DARWINISMO LITERÁRIO EM SUA VERSÃO MAIS FORTE

*Philosophical Considerations on the Validity of the Scope
of Adaptationist Reductionism of Literary Darwinism in its Strongest Version*

DOI: [10.14393/LL63-v35n1a2019-3](https://doi.org/10.14393/LL63-v35n1a2019-3)

Leonardo Ferreira Almada*

Gabriel J. C. Mograbi**

RESUMO: Propomos, neste artigo, proceder a algumas considerações filosóficas sobre a legitimidade da proposta e dos objetivos do reducionismo adaptacionista do “darwinismo literário” em sua versão mais forte. Centramos nos textos de Joseph Carroll, porquanto representam a máxima radicalidade no projeto dos estudos darwinistas literários e do reducionismo adaptacionista. Carroll é, segundo acreditamos, quem leva mais longe a pretensão de redução darwinista. Ao confrontarmos Carroll, aproximamo-nos de uma perspectiva de literatura que definitivamente justifica a aproximação que nós buscamos com o darwinismo literário: nossa defesa de uma perspectiva corporificada para mente e cognição, e a compreensão da crítica darwinista literária de que a literatura é um caso especial (e ilustrativo) de atividade cognitiva destinada a orientar o organismo no ambiente, mesmo que isso se dê pela via indireta da simulação mental e imaginação. Mais do que isso, a literatura se distingue de outras formas de conhecimento do mundo, do homem e de seu ambiente exatamente no sentido que nos interessa: distingue-se quanto ao seu assunto e distingue-se quanto ao seu método. A intenção do texto é demonstrar alguns dos caminhos que autores pautados por esse grau de radicalidade no que concerne o projeto de naturalização da literatura devam tomar para que suas teorias possam ser mais justas e condizentes com o objeto literário em si mesmo e, assim, mais eficientes.

PALAVRAS-CHAVE: Darwinismo Literário. Adaptacionismo. Filosofia da Mente. Narrativa. Filosofia da Ciência e Estética.

ABSTRACT: In this article, we put forward some philosophical considerations about the legitimacy of the reductively adaptationist proposal of the Literary Darwinism in its strongest version. We gravitate around the texts of Joseph Carroll exactly for being the most radical version of Literary Darwinism in terms of its reductive and adaptationist pretensions. Our intention is, by means of a constructive critique, to re-delineate the scope of validity of such a naturalistic proposal and to show in which directions such a proposal have to proceed in order to both argue for its validity and to assume its limitations. After a short introduction that situates the general context for the understanding of such theme, our first section is a methodological digression on the “adaptationist program of social sciences” and a debate on its foundations, showing our partial adherence to the program and highlighting the contrasts to Carroll’s standpoint. The next section explains why a philosopher of the mind with naturalistic inclinations could have (at least, partially) a common agenda with the Literary Darwinist but also emphasizes our criticism to what we consider a certain level of naivety or Panglossian attitude towards the alleged achievements of Literary Darwinism as a branch of the “adaptationist program of social sciences”. The take home message is that we believe Literary Darwinism should resort to a more consilient theoretical pool and have its pretensions of scope diminished to be a more accurate and powerful explanatory tool.

KEYWORDS: Literary Darwinism. Adaptationist. Philosophy of Mind. Narrative. Philosophy of Science and Aesthetics.

* Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

** Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso.

1 Introdução

O artigo que aqui se inicia visa a estabelecer algumas considerações filosóficas sobre a validade do escopo do reducionismo adaptacionista do darwinismo literário em sua versão mais forte. Nossa escolha pelos textos de Joseph Carroll para protagonizar nossas considerações filosóficas, servindo como manancial teórico precípuo de nossa análise, dá-se, justamente, por tal autor representar a máxima radicalidade no projeto dos estudos darwinistas literários e, assim, constituir-se no defensor mais notável de uma forma de reducionismo adaptacionista. Opta-se por tomar o autor que leva mais longe a pretensão de redução darwinista e mais envolvido com uma fundamentação da prática narrativa em uma psicologia evolutiva. Essa estratégia se justifica pois, ao se lidar com a tese em sua versão mais ambiciosa e radical, existe espaço para o filósofo demonstrar as limitações de escopo e validade e sugerir uma síntese mais equilibrada e sóbria, que seja ao mesmo tempo uma visão naturalista da narrativa, mas que não peque em recair em reducionismos canhestros ou inocentes.

2 O Darwinismo Literário e o programa adaptacionista das ciências humanas e sociais: uma digressão metodológica e seus fundamentos

Dentre os muitos motivos que justificam a relevância desse empreendimento, cabe papel de destaque ao fato de que é ainda pouquíssima conhecida em terras brasileiras a área de conhecimento que determina não só o problema sobre o qual nos debruçamos, mas também o modo por meio do qual nós o equacionamos. Nossos esforços para esclarecer tanto o contexto sobre o qual esse campo de conhecimento se erige quanto os seus propósitos é, em simultâneo, o esforço para continuar apresentando ao público brasileiro um novo modo de pesquisa na interface entre biologia e ciências humanas.

Mais do que isso, esse empreendimento pode ser também pensado como uma tentativa laboriosa que nós, os autores desse texto, fazemos para exercitar uma interdisciplinaridade que, além de não ser forçada, é desejável — ainda que, à primeira vista, inusitada — entre nossas pesquisas em filosofia da mente e das neurociências e um modo específico de pensar questões teóricas, conceituais, estruturais e metodológicas na área de literatura. Em outros termos: trata-se de um ensejo que nós, os autores desse texto, temos realizado em busca de um diálogo interdisciplinar entre abordagens de filosofia da mente e da

literatura: acreditamos que esse é o percurso por meio do qual podemos nos conduzir a uma visão comum de perspectivas mutuamente complementares e convergentes de natureza humana: a tão almejada ‘consiliência’.

Esperamos, mais especificamente, ter esclarecido aos nossos leitores que as discussões que motivam e fomentam o presente texto se engendram sobre o *framework* teórico, conceitual, estrutural e metodológico de uma das recentes áreas de pesquisa em estudos literários. Trata-se da área da crítica literária que, pela aproximação com as concepções darwinianas de natureza humana, recebe a alcunha geral de darwinismo literário, ou, ainda, de estudos literários darwinianos (CARROLL, 2004). Trata-se, o darwinismo literário, de uma área da crítica e teoria literária marcada pela concepção de que o equacionamento de questões teóricas da literatura — sobretudo as que dizem respeito à natureza humana — deve estar subsumido a uma perspectiva evolutiva. Em outros termos, trata-se, o darwinismo literário, de uma área da crítica literária e da teoria literária regida pela compreensão de que a abordagem das questões teóricas de literatura se beneficia de um entendimento evolutivo da natureza humana, centrado, enquanto tal, na concepção adaptacionista de que “todos os organismos se desenvolveram através de um processo adaptativo de seleção natural” (CARROLL, 2004, p. vi).

O darwinismo literário está associado ao desenvolvimento do que Gould e Lewontin (1979) denominaram de ‘programa adaptacionista’, e mais especificamente ao que Carroll (2004), chama de ‘programa adaptacionista das ciências humanas e sociais’. Cumpre notar, em primeiro lugar, que o relevante artigo de Gould e Lewontin (1979) se propõe oferecer uma denúncia em relação ao que entendem ser as limitações, exageros de pretensão de escopo, falhas e/ou ingenuidades do programa adaptacionista, o que leva a chamar o adaptacionismo de uma paradigma panglossiano. Interessa-nos, de início, o empreendimento de Gould e Lewontin (1979) na quarta seção do artigo, quando então expõem os motivos pelos quais se distanciam dos adaptacionistas com base nas mesmas razões pelas quais se aproximam da teoria da evolução de Darwin. O cerne desse movimento é a ênfase nas várias causas da evolução, o que significa, na rejeição da redução do evolucionismo à seleção natural, redução essa que é operada por visões adaptacionistas *tout court*. Na esteira de Gould e Lewontin (1979), apoiamo-nos em uma perspectiva não redutiva da evolução, ou seja, em uma perspectiva que não adstringe a evolução à seleção natural, a exemplo seleção sexual — aceita

pelo próprio Darwin (1871) como outro mecanismo evolutivo — ou mesmo da deriva genética, um mecanismo evolutivo que não exige seleção ou adaptação, e o qual — em seu apelo à noção de pluralidade de causas para evolução — abre espaço para a teoria de organismos como totalidades integrais (GOULD, 2002; MASEL, 2011; STAR, 2013). O adaptacionismo, por sua vez, não tem predicação explicativa para além das partes e dos genes. É preciso uma visão pluralista para reinserir os organismos — e toda sua complexidade — no interior da teoria evolutiva (GOULD; LEWONTIN, 1979). Ao mesmo tempo, *pace* Gould e Lewontin (1979), não entendemos que uma adesão a um paradigma estruturalista na biologia evolutiva seja forçosa ou mesmo, ainda, que seja a melhor opção. Ainda que não seja parte do escopo desse artigo tratar desse ponto, esclarecemos que nossa visão preferida é uma combinação da “síntese evolutiva” com a inclusão da epigenética e desenvolvimento evolutivo (‘evo-devo’) e que entendemos que esse seja o caminho mais equilibrado uma fundamentação da teoria da evolução. Essa consideração metodológica de fundamentos permite ao leitor que conhece e se interessa pelos temas precípuos de uma filosofia da biologia geral entender qual seja nossa posição mais geral ou “lugar de fala” dentro do debate.

Assim, é com base em uma compreensão forte mas não panglossiana da importância e escopo da evolução que pretendemos marcar o solo sobre o qual acreditamos se estabelecer o ponto de encontro entre o darwinismo literário e a contemporânea filosofia da mente inspirada pelas neurociências: abordagens filosóficas da mente norteadas pela compreensão de que a mente resulta, pelo menos em parte, de processos adaptativos de seleção natural tanto se beneficiam quanto — por outro lado, e pelos mesmos motivos — fomentam o programa adaptacionista das ciências humanas. Entretanto, exageros reducionistas e empobrecimentos da matriz causal ou explicativa devem ser evitados.

Assim como os outros campos de conhecimento que integram o chamado ‘programa adaptacionista’ das ciências humanas e sociais, o darwinismo literário nos interessa no tanto quanto converge à tese de que a cultura humana se alicerça na ‘mente adaptada’. O darwinismo literário integra o grupo de áreas afins às ciências cognitivas, ou ainda, o grupo de áreas que se candidatam a participar dos projetos interdisciplinares destinados a lançar luz sobre a investigação das relações entre mente, corpo e ambiente. Na prática, isso implica um conjunto de esforços no sentido de direcionar o estudo de questões de literatura a um

entendimento adaptativo das características comportamentais e cognitivas da mente humana (CARROLL, 2004, p. vi). Isso implica que concepções teóricas da mente e do comportamento — alavancadas por parte dos estudos darwinistas da literatura — se situam em uma esfera na qual a natureza humana é, a um só tempo, pensada como ‘origem’ e como ‘tema’ da literatura. Nesse sentido, nossas características biológicas e adaptativas determinam o modo como fazemos literatura e, em consequência (e pelos mesmos motivos), certos princípios da biologia evolutiva determinam como os personagens são constituídos: a literatura não só espelha, mas se articula em torno dos interesses e motivos vitais dos homens, enquanto organismos vivos (CARROLL, 1995, p. 123). Entretanto, parece-nos que a questão da origem está muito mais próxima de uma explicação minimamente viável por parte dessa área de estudo do que a questão do tema, como pode ser notado pelas considerações até aqui feitas e por outras fontes (MOGRABI, 2016; MOGRABI, 2015; MOGRABI, 2014.) que trataram desse tema em mais detalhes.

A pertença ao ‘programa adaptacionista’ das ciências sociais e humanas traz consigo uma consequência igualmente relevante, ainda que menos óbvia: a rejeição em relação à tendência pós-estruturalista de considerar que os motivos e os interesses da literatura são meramente funções linguísticas autorreflexivas ou meramente culturais. Em seu lugar, os darwinistas literários concebem que simplesmente não está ao alcance da literatura prescindir das características biológicas dos organismos a partir das quais são delineadas a identidade individual e a organização social: o darwinista literário é aquele para o qual a visão de mundo dos autores, a partir da qual empreendem suas figurações literárias, é constituída desde o nível biológico (CARROLL, 1995, p. 123).

A adesão dos darwinistas literários ao programa de pesquisa adaptacionista das ciências sociais passa, em geral, pela tese de que podemos falar de uma natureza humana universal, e de que essa universalidade é moldada a partir do desenvolvimento de mecanismos psicológicos, sendo os traços culturais não mais que a consequência de mecanismos psicológicos adaptativos (BARKOW; COSMIDES; TOOBY, 1992, p. 5). Nesse ponto, perguntamos: até que ponto? A maior ou menor adesão dos darwinistas literários a essa tese talvez seja um motivo de discrepância entre nós e o grupo de darwinistas literários mais aferrados à radical concepção de uma natureza humana universal. É possível que nossa

perspectiva não redutivista também inclua uma rejeição em relação ao redutivismo que subjaz a compreensão da psicologia evolutiva de que traços culturais nada têm a mais em relação a mecanismos psicológicos adaptativos. Talvez seja necessário para entender a plena dimensão da cultura a maneira pela qual a maleabilidade biológica que dispomos como espécie como uma porta de entrada para debates mais específicos sobre como as práticas adaptativas tomam formas diversas a partir de formas de organização da normatividade social.

No entanto, estamos ao lado da psicologia evolutiva no que concerne à consideração de que a cultura não é incausada e tampouco descorporificada. A tese central a ser aqui defendida é extraída dessas considerações, qual seja: a literatura se reveste de uma natureza corporificada, o que aponta para a intuição básica — que compartilhamos com os darwinistas literários — de que a cultura se compõe dos muitos e variados modos pelos quais o organismo processa informações sobre seus estados e sobre as condições do ambiente (BARKOW; COSMIDES; TOOBY, 1992, p. 3). Está por trás da adesão dos darwinistas literários ao programa de pesquisa adaptacionista das ciências sociais a convicção de que devemos lançar mão não apenas da perspectiva evolutiva, mas também das neurociências e do dispositivo instrumental da filosofia da mente de inspiração evolutiva para abarcar adequadamente o que é a literatura, quais suas funções, e como ela trabalha, ou seja, o que representa (se é que representa algo), o que causa ou pode causar nas pessoas, o que faz com que as pessoas queiram consumir literatura, e os motivos pelos quais a literatura toma a forma que tem (CARROLL, 2004, p. vi).

3 O Darwinismo Literário interessa a filósofos da mente?

Qual é o motivo pelo qual nós, filósofos da mente e/ou das neurociências, assumimos, no presente texto, o propósito de escrutinar o darwinismo literário? O que nos impele ao exame de certas implicações do encontro entre estudos literários, psicologia evolutiva e suas implicações para as ciências sociais darwinianas?

Uma hipótese para essa questão é a de que, para nós, filósofos da mente e das neurociências de inspiração interdisciplinar, interessa-nos o contato com as áreas do conhecimento que integram o programa adaptacionista das ciências sociais e psicológicas. Interessa-nos, em outros termos, a articulação das várias ciências humanas e sociais as quais

giram em torno da ideia de que a mente consiste de um conjunto de mecanismos cognitivos resultantes de evolução por seleção natural.

Com o darwinismo literário, ademais, nós, os filósofos da mente e das neurociências mais ou menos afins ao programa adaptacionista das ciências sociais, compartilhamos quatro princípios gerais. Ainda que assumamos os mesmos quatro princípios, deve-se ressaltar que partilhamos de maneira mais crítica que o autor que tomamos aqui como fonte precípua. Esses princípios são claramente enunciados por Carroll (1995), a saber:

(i) Apoiamo-nos na concepção de que não há biologia e de que, portanto, não há mente fora das relações de interação e de integração entre o organismo e 'seu' ambiente. Considerando que o primeiro passo para a constituição de um modelo teórico qualquer (seja por um crítico literário seja por um filósofo) é a adoção de uma hipótese de trabalho quanto às condições de base de sua análise, compartilhamos parcialmente com os darwinistas literários a pressuposição de que a interação organismo-ambiente é, do ponto de vista estrutural, primaz em relação a outras dimensões, ainda que não excludente. Freudianos postulam que textos revelam conflitos sub e/ou inconscientes; marxistas, condições socioeconômicas de produção; fenomenólogos, por sua vez, postulam que os textos são expressões de um ser-no-mundo; já o desconstrucionista postula que o texto revela a indeterminação de significado; nós, por fim, postulamos que o texto, e que, portanto, nossa visão de mundo não prescinde de todas as determinações suscitadas pelas inextricáveis relações de interação e integração entre organismo e ambiente (CARROLL, 1995, p. 121).

(ii) O segundo princípio que compartilhamos parcialmente com os darwinistas literários é a tese de que a vida mental e emocional de todos os seres vivos é determinada por estruturas psicológicas que constituem desenvolvimentos adaptativos, emergentes por intermédio de processos de seleção natural, desenvolvimento, adaptação cultural e/ou exaptação. Por um lado, essa tese afasta a nós e aos darwinistas literários das concepções (a) de que o homem é uma tábula rasa, (b) de que nossa cognição e nossas motivações dependem em exclusivo de nossas estruturas nervosas, e (c) de que os conteúdos qualitativos da experiência humana se encerram na linguagem e na cultura. (CARROLL, 1995, p. 121-122).

Compartilhamos parcialmente a premissa, pois, mantemos a tese de que apenas por meio de uma perspectiva mais ampla nós podemos apreender as situações e os personagens

sobre o qual se debruçam a literatura e a filosofia da mente. Precisamos ressaltar, no entanto, que isso não implica, de nossa parte, um desprezo à epigenética e ao desenvolvimento evolutivo, bem como às condições ambientais primazes na construção da cultura e mesmo, em nível mais básico, de toda e qualquer atualização de genótipos em fenótipos. Um exemplo recorrente é *Brassica oleracea*. Uma mesma espécie acaba por se diferenciar em tipos, ou subespécies com ampla diferença fenotípica, com um espectro diferencial tão grande quanto o seguinte: couve, couve-flor, brocólis, brócolis americano, couve de Bruxelas, repolho, couve de Milão, couve vermelha, Kairan, Gai-Lohn etc (WILLS, 1977; PURUGGANAN, BOYLES e SUDDIT, 2000). Desde pelo menos os gregos, temos notícias de que o processo de seleção artificial e desenvolvimento por domesticação geraram já naquele momento pelo menos três diferentes subespécies apontadas por Teofrasto (1976); atualmente, temos uma enorme quantidade de subespécies, entre as mais notórias as supramencionadas. Se a manipulação do ambiente e processos seletivos e diretivos intencionais fazem diferença para que uma mesma espécie se atualize enquanto repolho ou couve flor, mais ainda para seres humanos com amplo grau de indeterminação semântica e com graus notáveis de maleabilidade cerebral e cultural e processos direcionados de desenvolvimento (e.g. educação formal, informal, imprensa, políticas públicas etc).

(iii) O terceiro princípio biológico que compartilhamos parcialmente com os darwinistas literários é definido por Carroll (1995, p. 122) como a ideia segundo a qual as motivações humanas imediatas — as chamadas ‘causas próximas’ — são determinadas por princípios de aptidão inclusiva, exercendo esses o papel de ‘causa final’. Não se trata propriamente da concepção de que nossas vidas se reduzem à busca pela maximização do sucesso reprodutivo; trata-se, antes, da consideração de que nossas estruturas psicológicas inatas evoluíram e são constantemente mantidas ativas pelos organismos sob os auspícios regulatórios do sucesso reprodutivo (CARROLL, 1995, p. 121-122). É preciso, aqui, que entendamos de forma mais ampla a noção de “auspícios regulatórios do sucesso reprodutivo”. Em um mundo no qual as taxas de natalidade decrescem na mesma medida do crescimento do uso de métodos contraceptivos e da prática sexual recreativa, a noção de sucesso reprodutivo não pode ser entendida senão como aptidão (fitness) como de maneira técnica é desenvolvida por Maynard Smith (1958a, 1958b, 1964 1978, 1982) esta noção. Trata-se, mais precisamente, da

capacidade que temos de nos adaptar ao ambiente, o que implica certa força genética de adaptação. Uma leitura estreita da noção de sucesso reprodutivo é mais um dos pontos no qual notamos um grau alto de inocência panglossiana na tessitura do texto de Carroll (2004).

(iv) Por fim, o quarto princípio biológico que compartilhamos de maneira mais ampla com o programa adaptacionista que inere ao darwinismo literário é a concepção de que a representação envolve uma importante dimensão sensório-motora, a exemplo do que é postulado tanto pelos enativistas (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991) quanto por Damásio (1994, 1999, 2003, 2010): trata-se da concepção de que a representação envolve, de maneira importante, o mapeamento cognitivo. Por trás da noção de que representar é mapear estados do corpo e do ambiente subsiste a compreensão de que a representação emerge como desenvolvimento da orientação espaço-temporal do organismo ao ambiente. Com as teorias corporificadas da mente e da cognição, o darwinismo literário e nós compartilhamos a tese de que decorrem mais ou menos diretamente, das primitivas atividades de orientação espaço-temporal do organismo no ambiente físico nossos mais ‘abstratos’ empreendimentos cognitivos, incluindo visões de mundo e representações literárias que dependem da integração entre funções racionais, emocionais e sensórias. De processos primitivos de senciência corporal (*bodily awareness*) se seguem, mais ou menos diretamente, nossas mais complexas qualidades subjetivas da experiência (CARROLL, 1995).

Nossa convergência, maior ou menor, com as teses dos darwinistas literários em torno desses quatro princípios gerais de biologia implica não apenas o benefício de entendermos de maneira mais aprimorada os motivos de nossa pertença, maior ou menor, ao programa adaptacionista das ciências sociais e humanas. Antes, passamos a entender também a distância que nós — integrantes mais ou menos diretos do programa adaptacionista — guardamos em relação a algumas das mais significativas e conhecidas tradições filosóficas. Dentre as clássicas tradições filosóficas com as quais as áreas integrantes do programa adaptacionista constituem uma ruptura, a mais notável é, segundo Carroll (1995), o idealismo transcendental, que, desde Kant, passando pela fenomenologia, culmina no projeto dos desconstrucionistas.

Entendemos, também, nossa distância em relação à tradição que funda as ciências sociais tradicionais, e que, assim com a tradição idealista, nega que os motivos humanos, as ideias e as práticas culturais dependam de características biológicas inatas, defendendo, em

seu lugar, a tese de que a experiência humana decorre de construtos culturais (CARROLL, 1995, p. 124).

Entretanto, menos inatistas que o Darwinistas literários, acreditamos que a epigenética, o desenvolvimento e a complexidade ecológica da ação humana no nível semântico são sublevados na apreciação de sua importância para práticas culturais complexas, especialmente aquelas que atingem o grau de sofisticação da produção narrativa não mitológica (ou religiosa) ou não crassamente naturalista/realista patente da expressão literária romanesca secular e autorreferente, principalmente a partir das inovações formais da literatura a partir do século XX. Certo empirismo deve ser contraposto ao Darwinismo literário no que concerne a importância da experiência e aprendizagem e do meio circundante que altera e é alterado por seus agentes, principalmente aqueles com vasta capacidade semântica e produção narrativa. Outrossim, uma análise da narratologia em ambiência interdisciplinar com outras ciências mentais se faz necessária para uma apreciação do fenômeno literário em maior profundidade.

Em sintonia com o segundo princípio de biologia que compartilhamos com os darwinistas literários — a tese de que a vida mental e emocional de todos os seres vivos é determinada por estruturas psicológicas emergentes de processos de seleção natural, desenvolvimento, adaptação cultural e/ou exaptação —, coincidimos com a noção de que estruturas mentais inatas se desenvolvem tendo por referência o mundo. O que isso quer dizer é o que atesta o quarto princípio de biologia que compartilhamos com o darwinismo literário: essas estruturas mentais inatas não estão dissociadas do mundo; ao contrário, nossas estruturas mentais nos inserem em contato com as dimensões do mundo natural que nossos organismos ‘sabem’ ser mais relevantes para nossa sobrevivência e perpetuação (CARROLL, 1995, p. 124). É nesse sentido que, em consonância com o projeto de Joseph Carroll (1995, 2004, 2008, 2013), nós rejeitamos os preceitos pós-estruturalistas, e mais especificamente as concepções de que (i) o mundo é constituído pela linguagem e de que (ii) o mundo é fundamentalmente incoerente e inacessível ao conhecimento (CARROLL, 2004, p. xv).

A concepção de que o mundo é constituído pela linguagem, e de que seres humanos e mundo no qual vivem são efeitos de um sistema cultural e linguístico pode ser designada como textualismo, um dos princípios mais essenciais da perspectiva pós-estruturalista. Por sua vez, a concepção segundo a qual não é possível um significado coerente na linguagem, já que todos

os textos são, por princípio, passíveis de múltiplas interpretações pode ser designada como indeterminância. A indeterminância é, por isso mesmo, o princípio segundo o qual o conhecimento se reduz à geração espontânea de contradições internas no sistema e o autor em tela critica duramente essa visão meramente textualista (CARROLL, 2004, p. 16).

Ainda que aceitemos algum grau de indeterminação semântica inerente e constitutivo de qualquer uso de linguagem natural, não entendemos — como os pós-estruturalistas — que ele é pleno nem incontornável. A pragmática da linguagem nos mostra que, de fato, empreendemos atividades linguísticas bem-sucedidas no mundo. Critérios de felicidade são atingidos no dia-a-dia, assim como usos veritativos da linguagem se mostram mais ou menos produtores de verdade nas ciências empíricas e analíticas. Que haja sempre alguma vagueza, não implica que a impossibilidade predicativa seja a tônica, a meta e o culto a ser difundido.

As áreas de conhecimento afiliadas ao entendimento evolutivo — a exemplo das que integram o programa adaptacionista das ciências sociais e humanas — rejeitam frontalmente ambos os princípios da epistemologia pós-estruturalista, e, em seu lugar, postulam, em linhas gerais, que temos conhecimento legítimo e compartilhável do mundo (ainda que precário, limitado e falível). Referimo-nos, aqui, à proposição de Konrad Lorenz (1978, p. 1) segundo a qual todo conhecimento humano “deriva de um processo de interação entre o homem — como uma entidade física, um sujeito percebedor, ativo — e as realidades de um mundo externo igualmente físico, o objeto da percepção do homem”. Com base nessa compreensão, rejeitamos o princípio de indeterminância porque atribuímos a determinação de significado não a códigos linguísticos e/ou culturais que não obedecem senão a seus próprios princípios; antes, concebemos que a determinação de significado aos eventos do mundo depende de condições fisiológicas (substrativas) de base, de estruturas fisiológicas, tais como “o órgão dos sentidos e o sistema nervoso central” (LORENZ, 1978, p. 6). Por mais que — em função de nossas limitações sensório-motoras e epistemológicas — nosso conhecimento do mundo seja parcial, hipotético e conjectural, é verdade, no entanto, que nosso conhecimento do mundo corresponde de maneira mais ou menos adequada a um mundo que possui existência objetiva fora de nós.

Parte importante das convicções epistemológicas que nutrem o programa adaptacionista em ciências sociais e humanas é sintetizada por Boyd (1998), mais um dentre

os autores que contribuem para justificar nossa aproximação com os darwinistas literários. Em sintonia com Carroll (1995, 2004, 2008, 2013), Boyd (1998, p. 13) lança mão de fortes e múltiplas evidências evolutivas quanto à tese de que a narrativa literária é uma conquista adaptativa fundada em nossa capacidade de conhecer o mundo, e construída a partir de nossas necessidades e capacidades. Assim como nossa capacidade de compreender (conhecer) o mundo, a narrativa literária está profundamente relacionada a competências interpretativas, linguísticas, sociais e narrativas amplamente compartilhadas entre os homens. Nesse sentido, conhecemos o mundo e o narramos a partir de nossas capacidades mentais de lidar com nossa realidade ordinária. Dependemos, para tanto, de um conjunto de competências que desenvolvemos e das quais fazemos uso a todo momento, a saber: competências perceptuais, linguísticas, orientacionais, causais, emocionais, sociais, morais, além de habilidades para ‘leitura’ da mente por meio da análise não reflexiva e, portanto, não consciente do comportamento. Decorre daí que os objetos que interessam à literatura são, segundo o darwinismo literário, tomados de empréstimo dos interesses que a evolução nos fornece, floreados pelas culturas e pelas idiosincrasias dos autores. Toda narrativa é, nesse espírito, seletiva: sobre isso, Boyd (1998, p. 14) sustenta que a narração segue os ditames da seleção natural, isto é, nossos interesses, nossas inferências, e o modo por meio do qual nossa biologia nos ensina a equacionar o mundo. A questão que nos interessa aqui é: até que ponto nossa capacidade de equacionar o mundo depende de mecanismos de exaptação ou cooptação? Com efeito, a noção de que literatura possa ‘seguir as mesmas regras’ da seleção natural nos parece estar restrita a um escopo analógico, no mesmo sentido pelo qual os memes de Dawkins (1976) e Dennett (1991) seguiriam apenas analogicamente as mesmas regras da seleção natural.

Iniciamos a presente seção por meio da seguinte questão: “qual é o motivo pelo qual nós, filósofos da mente e/ou das neurociências, assumimos, no presente texto, o propósito de escrutinar o darwinismo literário?”. Nossa melhor resposta, acredito, envolve o fato de que a literatura é uma das expressões humanas que mais ilustra nossa concepção de mente: ao partir da premissa de que a mente humana se desenvolveu a partir de uma relação adaptativa dos organismos com seu ambiente, os proponentes da crítica literária de inspiração darwiniana atribuem todas as dimensões do trabalho literário (inclusive as qualidades fenomenais) a um contexto o qual — posto que cultural — é constituído e organizado a partir de um conjunto de

características cognitivas e motivacionais biologicamente definidos. Mais precisamente, os proponentes da perspectiva literária darwiniana defendem que: (i) a literatura envolve uma teoria da mente, já que é a natureza humana que tanto está por trás das origens quanto das finalidades da literatura; (ii) devemos lançar mão da perspectiva evolutiva para abarcar adequadamente o que é a literatura, quais suas funções, o que representa, o que faz com que as pessoas produzam e/ou consumam literatura, e os motivos pelos quais se expressa da maneira como conhecemos (CARROLL, 2004, p. vi). São duas nossas ressalvas de maneira sumaríssima: a) não devemos confundir uma perspectiva evolutiva com a psicologia evolutiva. b) que a evolução jogue papel fundamental na explicação de qualquer fenômeno humano é certo; que ela possa ser explicação exaustiva para fenômenos culturais seria um exagero panglossiano.

Aqui parece que estamos diante de um *desideratum* de Carroll ainda não atingido. Não é clara ainda, a eficácia do método da psicologia evolutiva para descrever a literatura no nível funcional, enquanto prática em si mesma. Talvez, alguma versão do Darwinismo Literário possa até ser a melhor explicação “genética” (no sentido mais simples de originário), mas será que podemos concebê-la como a ferramenta primeira da análise literária? Os limites da psicologia evolutiva à maneira da empreendida por Barkow, Tooby e Comides (1992) parecem guardar fronteiras próximas às do darwinismo literário. Seria necessário um grau muito maior de consiliência — no sentido cunhado por Wilson (1998) — para explicação dos fenômenos em torno das práticas literárias.

Parece necessário um marco teórico e causal um tanto mais abarcador e complexo, para uma análise eficaz dos fenômenos literários, não só no que concerne ao seu aparecimento histórico e nas suas possíveis motivações geradoras, mas, principalmente, no amplo escopo de sua normatividade e gramática interna. Defende-se aqui que algum nível bem maior de consiliência seria necessário para o sucesso de uma abordagem naturalista, em grau ainda maior no que concerne especificamente à crítica e análise literária que não poderia apenas ser pautada em uma análise de psicologia evolutiva aplicada a textos ficcionais. Há um jogo reiterativo e autorreferente presente na produção literária principalmente quando se trata do que foi produzido a partir do século XX que pode ser perdido em grande escala se aplicamos apenas categorias da psicologia evolutiva na análise e crítica literária. Outras matrizes de

ciências naturais que tratam da mente, da psicologia ou do cérebro devem ser combinadas com estudos de narratologia para que se possa atingir a consiliência necessária.

4 Considerações finais

A perspectiva de literatura que definitivamente justifica a aproximação que nós buscamos com o darwinismo literário é a seguinte: em consonância com nossa defesa de uma perspectiva corporificada para mente e cognição, a compreensão da crítica darwinista literária de que a literatura é um caso especial (e ilustrativo) de atividade cognitiva destinada a orientar o organismo no ambiente físico, mesmo que isso se dê pela via indireta da simulação mental. Mais do que isso, a literatura se distingue de outras formas de conhecimento do mundo, do homem e de seu ambiente exatamente no sentido que nos interessa: distingue-se quanto ao seu assunto e distingue-se quanto ao seu método. O seu assunto é a experiência humana; e seu método deriva do confronto com as qualidades subjetivas e sentidas da experiência via integração entre entendimento conceitual, sentidos e emoções (CARROLL, 2004, p. 151). O próprio Carroll reconhece isso. No entanto, a crítica que aqui se faz é muito mais ao tom de radicalidade de muitas das suas afirmações que não são exatamente contraditórias com essa ressalva, são muito mais pautadas por um desbalanceamento no foco e na gravidade que é dada a cada um destes assuntos. Nota-se uma postura panglossiana no que concerne a força e ubiquidade do adaptacionismo e da psicologia evolutiva como ferramentas de estudo da literatura que nos parece assaz inocente.

O autor não deixa de reconhecer aqui e acolá as limitações de seu método. No entanto, a autocrítica é feita a miúdo e não engendra uma teoria propriamente madura e desenvolvida dos pontos que reconhece serem problemáticos. Como todo ensejo de novidade parece carecer daquela precisão de teorias mais desenvolvidas: mais que mapear ou assumir suas próprias mazelas teóricas é necessário buscar caminhos de atenuar suas pretensões e dar limites mais claros ao real escopo de seus alcances na lida positiva e produtiva com a resolução das questões que se revelam a partir das próprias assunções de suas limitações. Esperamos que este texto possa ter mostrado alguns dos caminhos que autores pautados por esse grau de radicalidade no que concerne o projeto de naturalização da literatura devam tomar para que

suas teorias possam ser mais justas e condizentes com o objeto literário em si mesmo e, assim, mais eficientes.

Referências

BARKOW, Jerome; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. New York, NY: Oxford University Press, 1992.

BOYD, Brian. Jane, meet Charles: Literature, evolution, and human nature. *Philosophy and literature*, v. 22, n. 1, p. 1-30, 1998.

CARROLL, Joseph. Evolution and literary theory. *Human Nature*, v. 6, n. 2, p. 119-134, 1995.

CARROLL, Joseph. *Literary Darwinism: evolution, human nature, and literature*. New York, NY: Routledge, 2004.

CARROLL, Joseph. An evolutionary paradigm for literary study. *Style*, v. 42, n. 2-3, p. 103-134, 2008.

CARROLL, Joseph. Teaching Literary Darwinism. *Style*, v. 47, n. 2, p. 206-238, 2013a.

CARROLL, Joseph. A Rationale for evolutionary Studies of Literature. *Scientific Study of Literature*, v. 3, n. 1, p. 8-15, 2013.

DAMASIO, Antonio. *Descartes's error: Emotion, reason, and the human brain*. New York: Putnam's Son, 1994.

DAMASIO, Antonio. *The feeling of what happens: Body and emotion in the making of consciousness*. Heinemann: London, 1999

DAMASIO, Antonio. *Looking for Spinoza: Joy, sorrow, and the feeling brain*. New York: Harcourt, 2003.

DAMASIO, Antonio. *Self comes to mind: Constructing the conscious brain*. New York: Vintage Books, 2010.

DARWIN, Charles Robert. *The descent of man, and selection in relation to sex*. London, UK: John Murray, 1871.

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1976.

DENNETT, Daniel C. *Consciousness explained*. Boston, MA: Little, Brown, 1991

GOULD, Stephen Jay; LEWONTIN, Richard. The spandrels of San Marco and the Panglossian paradigm: a critique of the adaptationist programme. *Proceedings of the Real Society B: Biological Sciences*, v. 205, p. 581-598, 1979.

GOULD, Stephen Jay. Synthesis as Hardening. In: GOULD, Stephen Jay. *The structure of evolutionary theory*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002. p. 518-542.

LORENZ, Konrad. *Behind the mirror: A search for a natural history of human knowledge*. New York, NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1978.

MASEL, Joanna. Genetic Drift. *Current Biology*, v. 21, n. 20, p. 837-838, 2011.

MOGRABI, Gabriel José Corrêa. Eu, o protagonista e a cena: habilidades sociais, emparelhamento neural e empatia. *Revista Letras*, Curitiba, n. 93 p. 368-391, JAN./JUN. 2016.

MOGRABI, Gabriel José Corrêa. Algumas relações entre Narrativas, Romance e a Psicologia Experimental da Cognição Literária e Habilidades Sociais. *Eutomia*, Recife, 15 (1): 123-144, julho. 2015.

MOGRABI, Gabriel José Corrêa. Sobre Naturalismos, Resistências Humanistas e possibilidade de diálogo *Eutomia*, Recife, 14 (1): 419-445, dezembro, 2014.

PURUGGANAN, Michael D.; BOYLES, Abee L.; SUDDITH, Jane I. Variation and selection at the CAULIFLOWER floral homeotic gene accompanying the evolution of domesticated Brassica oleracea. *Genetics*, v. 155, n. 2, p. 855-862, 2000.

SMITH, John Maynard. Sexual selection. In: BARNETT, Samuel Anthony (Ed.). *A century of Darwin*. London, UK: Heinemann, 1958a. p. 230-244.

SMITH, John Maynard. *The theory of evolution*. London, UK: Penguin Books, 1958b.

SMITH, John Maynard. Group selection and kin selection. *Nature*, v. 200, p. 1145-1147, 1964.

SMITH, John Maynard. *The evolution of sex*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1978.

SMITH, John Maynard. *Evolution and the theory of games*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1982.

STAR, Bastiaan; SPENCER, Hamish G. Effects of genetic drift and gene flow on the selective maintenance of genetic variation. *Genetics*, v. 194, n. 1, p. 235-244, 2013.

THEOPHRASTUS. *De Causis Plantarum*. v. I: Books 1-2. EINARSON, Benedict; LINK, George K. K. (Ed and transl). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: Cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

WILSON, Edward Osborne. *Consilience: The Unity of Knowledge*. New York, NY: Alfred A. Knopf, 1998.

WILLS, A. B. A preliminary Gene List in Brassica Oleareacea. *Eucarpia Cruciferae News*, p. 22-24, 1977.

Recebido em: 30.01.2019

Aprovado em: 10.03.2019